

# O conceito de praça na cidade da Guarda entre a Idade Média e a Idade Moderna

Daniela Pereira

Licenciada em Património Cultural pela Universidade do Algarve

*“A palavra praça designa um espaço livre que serve uma determinada função: a praça como espaço criado pelo homem e disposto para os seus fins, portanto um espaço amplo mas com um conteúdo definido. Por isso diferente de campo (extensão de terra), do terreiro (derivado de térreo), do rossio (terreno residual) e do largo (como designativo de uma extensão transversal, como dilatação espacial por oposição ao estreito). É por via erudita que a civilização ocidental utiliza a praça com um sentido muito próximo da ágora ou do fórum resume essencialmente a representatividade política da cidade, com formas diferentes das formas clássicas.”*

Margarida Tavares da Conceição<sup>1</sup>

## Introdução

O presente artigo intitulado “O conceito de praça na cidade da Guarda entre a Idade Média e a Idade Moderna”, aborda, no âmbito da História do Urbanismo e da História da Arte, os diferentes conceitos (funções) de praça que existiram na cidade da Guarda nessas épocas. A análise morfológica das transformações urbanísticas da cidade da Guarda permitiu-nos apurar a existência de diferentes conceitos de praça, que acompanharam o crescimento urbano da cidade.

Relacionadas com o crescimento urbano medieval da cidade surgem duas praças na Guarda: a praça de São Vicente e a praça de Santa Maria da Vitória ou do Mercado. Num primeiro momento de crescimento definem-se dois eixos que atravessam longitudinal e transversalmente a cidade medieval. Na intercepção desses dois eixos ergue-se a igreja de São Vicente onde, no seu largo, aparece a primeira praça que se caracteriza por ter as funções sobrepostas (rua, passagem, igreja, mercado). Já na praça de Santa Maria da Vitória ou do Mercado revela-se uma vontade de separação das funções urbanas ali desempenhadas, apesar da concentração na mesma área dos edifícios significativos (Paços do Concelho, Hospital, “Casa dos Contos”, igreja, mercado). Na Época Moderna, rea-

---

<sup>1</sup> CONCEIÇÃO, Maria Margarida Simão Tavares da, *Formação do Espaço Urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII). Da Vila Cercada à Praça de Guerra*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, pp. 53-54.

liza-se uma nova praça que apresenta, em termos conceptuais, alguns valores renascentistas (Fig. 1). Os edifícios que a estruturam e que dela fazem parte são testemunho da edificação de uma arquitectura racionalizada e com funções próprias para aquele espaço: a Casa da Câmara e Cadeia e o “Edifício dos Balcões”. Tendo em conta a estrutura arquitectónica que a define e (de)limita, pensamos poder apresentá-la como integrante de uma tipologia de praças que se caracteriza por ter certos predicados que as tornam comuns: arcarias ou alpendres num dos lados, e na fachada de topo um edifício digno, cuja arquitectura ou a própria função do mesmo seja relevante. É a formação deste tipo de praça “moderna” na Guarda que pretendemos apresentar neste artigo.

### A Praça de S. Vicente

A praça de São Vicente implanta-se na intercepção de dois eixos que atravessam longitudinal e transversalmente a cidade medieval. Localiza-se perto do mais antigo tecido urbano da cidade e está associada à igreja que ali se implanta (Fig. 1). Aqui se formou um dos primeiros lugares ou espaços onde o cidadão da Guarda medieval, contando com a comunidade judaica da cidade, convivia e fazia mercado. Este espaço foi, nos primeiros tempos da cidade, o local onde melhor se podia sentir com mais fervor “o palpitar da vida urbana”<sup>2</sup>. Era lá que se realizava o mercado semanal<sup>3</sup> e provavelmente o mais esperado mercado anual<sup>4</sup>. Pois “*desde sempre se husou na dicta cidade de uenderem o pam cozido e o pescado e marcaria e panos de burel e de linho e fructas na praça que he apar da Jgreia de sam vicente*”<sup>5</sup>. Nesta mesma praça havia espaço para cerimónias fúnebres, também se sepultavam os mortos<sup>6</sup>.

A praça de S. Vicente vê, no século XIV a perda da sua função. O largo da igreja de Santa Maria da Vitória ou do Mercado fica a substituí-la nesse sentido. Esta vontade de mudar este local público por parte do corregedor régio leva o procurador da cidade, em 1364, a descrever e defender o lugar de S. Vicente como uma praça bem localizada, em local privilegiado e de grande acessibilidade, não devendo por isso ser mudada de sítio, porque “*o mudamento dessa praça era grande desenparamento dessa cidade e danoso aos camjnhantes que per si passauam porque a praça de sam vicente estaua em na rua*

<sup>2</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar, *Horizontes Urbanos Medievais*, p. 53.

<sup>3</sup> GOMES, Rita, *A Guarda Medieval 1200-1500*, p. 134.

<sup>4</sup> A feira anual da Guarda, que durava 15 dias e que se realizava por volta das festas de São João Baptista, foi instituída em 1255, por carta régia por D. Afonso III. RAU, Virginia, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o Seu Estudo*, pp. 71-72.

<sup>5</sup> A.N.T.T., *Chancelaria de D. Pedro I*, livro I, fól. 101. In GOMES, Rita, *op. cit.*, pp. 51-52.

<sup>6</sup> GOMES, Rita, *op. cit.*, p. 51.

*per que uaa os que por essa cidade passam E a praça de sancta maria esta alongada da dicta rua e em lugar nom camjnhante*<sup>7</sup>.

É preciso entender que na Época Medieval a praça é ao mesmo tempo sinónimo de mercado, feira e é também uma referência ao espaço urbano em si (a praça)<sup>8</sup>. Assim o que se pretende dizer com “lugar caminhante” é lugar de passagem, ou seja, o lugar de mercado (a praça) que funciona na praça de São Vicente, não deveria de mudar porque a praça de São Vicente era um lugar de passagem importante, na rua principal – a rua direita –, logo deste ponto de vista ideal para a realização do mercado (a praça). A outra praça, de Santa Maria da Vitória, não era lugar de passagem porque estava “alongada”, afastada da rua principal, da rua direita.

Esta concepção de praça é muito importante pois revela uma outra visão da cidade. A de São Vicente, mais antiga, via as funções da praça sobrepostas (de rua, passagem, igreja, mercado) e a de Santa Maria, mais recente, separa as funções da praça ainda com o risco de perder clientela. Mas, de todos os modos, o que importa é que a mudança de praça obriga a repensar a cidade e as funções dos seus espaços.

Na praça de São Vicente interceptam-se duas ruas: a perpendicular (rua direita) e a transversal (rua de São Vicente). A rua de São Vicente liga a porta de El Rei à porta da Erva. O cidadão e/ou visitante que entrasse por estas duas portas podia ouvir os gritos das regateiras que soíam estar nos alpendres que se localizavam no adro de São Vicente<sup>9</sup>, e acabaria por ser conduzido à praça de São Vicente.

Se observarmos a reconstrução parcial da praça de S. Vicente em 1395, proposta pela Dra. Rita Costa Gomes na sua tese a *Guarda Medieval*<sup>10</sup>, verifica-se que à frente da fachada principal da igreja de S. Vicente existiria um espaço vazio que franqueava a entrada principal da igreja. Esse espaço delimitava o lado oeste da praça de S. Vicente. A praça de São Vicente tinha uma forma rectangular, que se estendia lateralmente à fachada norte da igreja de S. Vicente e também parte da fachada principal da mesma. A norte e a oeste a praça era delimitada pelas fachadas das casas sobradadas e a este a praça era delimitada pela rua direita, onde também se localizava “*hum Alpende q EllRey ha na dicta cidade o qual o dicto Roy de perez fez fazer per mandado do dicto Senhor En o qual estam seis tendas // o qual esta no campo da eygreia de Sam vicente da parte da Rua direita*”<sup>11</sup>. O acesso à praça de S. Vicente podia ser feito pela rua direita, pela rua D. Sancho, pela

<sup>7</sup> A.N.T.T., *op. cit.*, p. 52.

<sup>8</sup> ROSSA, Walter, “A Cidade Portuguesa”. In PEREIRA, Paulo (Dir.), *História da Arte Portuguesa. Do Barroco à Contemporaneidade*, Vol. III, p. 253.

<sup>9</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, “Tombo da Comarca da Beira (1395)”. In *Archivo Histórico Portuguez*, Vol. X, p. 325.

<sup>10</sup> GOMES, Rita, *op. cit.*, p. 51.

<sup>11</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *op. cit.*, p. 323.

rua de São Vicente, pela rua dos açougues e pela rua da estalagem do rei<sup>12</sup> (Figs. 2 e 3).

Estamos perante uma praça que foi o primeiro espaço público da Guarda medieval e que pode remontar às origens da cidade. Ela surge não só ligada ao edifício religioso, como também induzida pela lei do caminho, que é uma característica medieval, com o objectivo de ordenar o núcleo urbano<sup>13</sup>.

Actualmente, no espaço onde se erguia a primitiva igreja de S. Vicente, está uma igreja barroca do século XVIII, com o mesmo orago. A orientação da igreja de São Vicente corresponde às finalidades litúrgicas da conjuntura Barroca, que procura trazer para dentro do templo o fiel, nem que isso tenha de interferir, nomeadamente, na orientação da fachada da igreja. Deste modo, a igreja de São Vicente tem a fachada principal virada a este “invadindo” a rua direita, para que seja visível às pessoas que por ali passam. Todo este conjunto do século XVIII forma uma espécie de quarteirão, porque lhe está anexada uma casa de residência<sup>14</sup>, ocupando o espaço que outrora era lugar de entrada para o antigo templo religioso e também espaço de passagem.

### **A Praça de Santa Maria da Vitória ou do Mercado**

A praça de Santa Maria da Vitória ou do Mercado está relacionada com o crescimento urbano da cidade que se verifica no século XIV, dando origem ao bairro de Santa Maria.

Referiu-se, quando se abordava a praça de S. Vicente, a vontade que houve, por parte do corregedor régio, de transferir o mercado para o largo da igreja de Santa Maria da Vitória. Essa mudança apenas ia oficializar o novo centro público, uma vez que a igreja de Santa Maria da Vitória é conhecida desde o século XIII também como Santa Maria do Mercado, porque surgiu aí um espaço com funções comerciais<sup>15</sup>. A escolha do espaço que rodeia a igreja de Santa Maria para passar a ser o local de mercado da cidade, no século XIV, pode estar relacionada com alguns edifícios institucionais e civis que aí se localizaram: os Paços do Concelho, um Hospital<sup>16</sup>, e uma “Casa dos Contos”<sup>17</sup>.

<sup>12</sup> A descrição e representação gráfica da forma da praça de S. Vicente são feitas a partir da reconstituição apresentada por Rita Costa Gomes, *op. cit.*, p. 51.

<sup>13</sup> Classificação de um tipo de praça feita por José Luís Saínz Guerra, *La Génesis de la Plaza en Castilla durante la Edad Media: la Plaza y la Estructura Urbana*, citado por CONCEIÇÃO, Maria Margarida Simão Tavares da, *op. cit.*, p. 57.

<sup>14</sup> A igreja de S. Vicente foi mandada reedificar, no ano de 1790, pelo bispo D. Jerónimo Rogado de Carvalhal e Silva que mandou anexar junto a ela a sua residência. RODRIGUES, Adriano Vasco, *Monografia Artística da Guarda*, p. 136.

<sup>15</sup> GOMES, Rita, *op. cit.*, p. 49.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 57.

<sup>17</sup> GOMES, Rita Costa, “A visita do Rei à Guarda em meados do século XV”. In *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, p. 120.

À Câmara cabia-lhe, entre outras funções administrativas da cidade, a organização do mercado<sup>18</sup>, o Hospital recolhia pobres e peregrinos<sup>19</sup>, a “Casa dos Contos” ficava encarregue da contabilidade, do assentamento das contas e tombos, controlando desse modo, as receitas e as despesas da região<sup>20</sup>.

A mudança (oficial) da localização da praça do mercado, que ficava no largo da igreja de São Vicente, no século XIV, para o largo da igreja de Sta. Maria da Vitória ou do Mercado, indica um crescimento para a zona sul da cidade e uma vontade de mudar a aparência e as funções da estrutura urbana, que se revela pela concentração das funções (Paços do Concelho, Hospital, “Casa dos Contos”, igreja, mercado), numa área específica da cidade<sup>21</sup>.

A praça de Santa Maria e a praça de São Vicente apresentam diferentes conceitos de praça. A de Santa Maria surge, tal como em São Vicente, ligada a um edifício religioso, que é o caso da igreja, mas também por existir perto dela edifícios de carácter público. Contudo, a questão das ruas de acesso à praça já não parecem ser essenciais para tornar aquele lugar um lugar público. Os edifícios públicos vão trazer para esta zona da cidade muitos caminhantes, logo muitos clientes, porque as ruas tornam-se conhecidas e muito frequentadas. Relembremos que quando se pretendeu retirar as funções comerciais da praça de São Vicente para esta zona foi referido que “a praça de sancta maria esta alongada da dita rua e em lugar nom camjnhante”<sup>22</sup>.

Na representação 3D<sup>23</sup> apresentamos, sem certezas absolutas, aquilo que foi referido na *Guarda Medieval*, de Rita Costa Gomes. A cor verde assinala apenas a localização dos edifícios nesses quarteirões, e não o espaço que ocupariam ou a forma que teriam. O que pretendemos será representar a forma que teria a praça de Santa Maria nos séculos XIV e XV e a relação dela com os edifícios que lhe estão próximos.

A praça de Santa Maria localiza-se numa posição mais a sul do tecido urbano da cidade, se for comparada com a localização da praça de S. Vicente. Teria uma forma rectangular e ocuparia o espaço que ficava à frente da fachada principal da igreja. À entrada principal da igreja de Santa Maria formava-se um largo onde se situaria um pelourinho, cujo rasto se perdeu<sup>24</sup>. Os pelourinhos simbolizavam o poder político e judicial do município<sup>25</sup> e também, como refere Virgínia Rau, eram símbolos que representavam a paz e a

<sup>18</sup> MORENO, Humberto Baquero, *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, p. 11.

<sup>19</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, p. 25.

<sup>20</sup> SUBTIL, José Manuel, “A Administração central da Coroa”. In MATTOSO, José (Dir.), MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.), *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*, Vol. 3, p. 81.

<sup>21</sup> ROSSA, Walter, *op. cit.*, p. 254.

<sup>22</sup> A.N.T.T., *op. cit.*, p. 52.

<sup>23</sup> Todas as representações 3D são da autoria de Nuno Martins.

<sup>24</sup> GOMES, Rita, *op. cit.*, p. 57.

<sup>25</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal. O Gótico*, p. 149.

ordem no local<sup>26</sup>. À frente do largo da igreja localizavam-se os (antigos) Paços do Concelho com cadeia adjacente, o que torna o lugar de mercado mais seguro, e próximos localizavam-se o Hospital e a “Casa dos Contos”. O lado sul da igreja seria delimitado, ou não, por outros edifícios se considerarmos que no lugar onde se localizam os “Edifícios dos Balcões” teriam existido outras construções (Figs. 4 e 5). Na praça de Santa Maria passava a Rua do Concelho, que liga com a rua da Sinagoga<sup>27</sup> e uma rua que vai de Santa Maria do Mercado para o Hospital<sup>28</sup>, que cruzaria com a rua do Concelho. O acesso a estas ruas era feito pela rua direita, ou pela porta de El Rei, que ficava a oeste.

Atualmente a Igreja de Santa Maria não existe. No lugar dela, e com pedra dela, construiu-se, no século XIX, um Teatro para os Bombeiros Voluntários da Guarda<sup>29</sup>, que depois disso já foi uma oficina de automóveis<sup>30</sup>. Porém, o seu espaço subsiste. Podemos a partir daí, e dos dados que Rita Costa Gomes nos aponta no mapa da cidade medieval<sup>31</sup>, fazer uma reconstituição gráfica e descritiva das características morfológicas do espaço que foi a praça de Santa Maria do Mercado nos séculos XIV e XV (Fig. 6).

## A Praça nos séculos XVI e XVII

Existe nesta época uma necessidade muito grande de servir o homem em todos os aspectos; de humanizar a cidade, de a tornar útil, funcional e agradável, para que o cidadão se sinta bem nela. São conceitos renascentistas que se reflectem na arquitectura e no espaço urbanístico moderno. Como refere Walter Rossa, existe nos finais do século XV nos monarcas, nos senhores da cidade e nos gestores municipais um despertar pelo orgulho da [sua] cidade apercebendo-se da importância do seu embelezamento e da sua apazibilidade<sup>32</sup>.

A mudança da localização da praça do mercado do largo da igreja de Santa Maria para o espaço fronteiro à (nova)<sup>33</sup> Casa da Câmara e Cadeia, revela novamente um novo

<sup>26</sup> RAU, Virginia, *op. cit.*, pp. 42-43.

<sup>27</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *op. cit.*, p. 324.

<sup>28</sup> GOMES, Rita, *op. cit.*, p. 57.

<sup>29</sup> Foi em 29 de Maio de 1883 que a Câmara da cidade da Guarda cedeu o espaço e a igreja de Santa Maria da Vitória ou do Mercado para a construção de um Teatro para os Bombeiros Voluntários da Guarda. GUERREIRO, Álvaro Pereira, *Apostamentos para a História dos Bombeiros Voluntários da Guarda e dos seus Quartéis*, p. 19.

<sup>30</sup> SANTOS, Manuel Luís F. dos, “Memórias da Guarda. Santa Maria do Mercado, uma Igreja da Ordem de Malta”. In *Terras da Beira*, p. 17.

<sup>31</sup> GOMES, Rita, *op. cit.*, p. 31.

<sup>32</sup> ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos Sobre o Urbanismo Português*, p. 242.

<sup>33</sup> Dizemos nova Casa Câmara e Cadeia, porque referimos no capítulo que diz respeito à praça de Santa Maria a existência de uns Paços do Concelho com cadeia adjacente que se localizavam à frente da igreja de Santa Maria da Vitória ou do Mercado, nos séculos XIV e XV.

conceito de praça. A praça torna-se num cenário de poder<sup>34</sup> – urbanisticamente centralizado. Dos anteriores centros cívicos que abordámos, o novo espaço central deixa de estar ligado aos edifícios religiosos, estes são marginalizados neste espaço, e a ordem urbana é submetida e estruturada em função do poder central<sup>35</sup>.

A formação da praça da cidade da Guarda, com uma nova casa da Câmara e Cadeia, pode ter que ver com as reformas manuelinas. Na época manuelina Lisboa é vista como exemplo e modelo oficial de funcionamento municipal para todo o país, onde sai “o regimento da Câmara de Lisboa de 1502 [que] servirá de base aos regimentos de funcionamento das câmaras das mais importantes cidades do reino”<sup>36</sup>.

Neste tempo promoveram-se grandes reformas urbanísticas “normalmente caracterizadas pela renovação ou deslocação do centro, no qual para além de equipamentos melhorados também se implantavam programas novos: uma *nova centralidade*”<sup>37</sup>, um centro económico, administrativo e simbólico<sup>38</sup>. Terá sido nesta época que se “terá em grande parte consolidado a Praça Velha, através da construção da Casa da Câmara e principalmente com a fixação do alçado porticado com colunas toscanas”<sup>39</sup>. Neste sentido, cremos que a sistematização da praça da cidade estará relacionada com as reformas urbanísticas que se fizeram em época de D. Manuel I e posteriormente.

O lugar onde se decidiu implantar a praça foi outrora local cemiterial. Recentes escavações revelaram a presença de enterramentos e sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, que pertenceriam ao século XIII as mais antigas e ao século XIV as mais recentes<sup>40</sup>. Foi também no âmbito das escavações que se realizaram na praça que foram descobertas fundações de casas implantadas naquele espaço, “tratar-se-iam de habitações que não seriam modestas e que foram construídas de raiz, já que os materiais reaproveitados são aqui raros”<sup>41</sup>. Esta informação dada pela arqueologia foi preciosa para o entendimento da estrutura morfológica da praça<sup>42</sup>. Documentalmente também existem in-

<sup>34</sup> ROSSA, Walter, *op. cit.*, p. 414.

<sup>35</sup> CARITA, Hélder, “Legislação e administração urbana no século XVI”. In *Actas do Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português 1415-1822*, p. 173.

<sup>36</sup> CARITA, Hélder, *op. cit.*, pp. 173 e 179.

<sup>37</sup> ROSSA, Walter, *op. cit.*, p. 414.

<sup>38</sup> Foi também no século XVI, com as reformas e campanhas de obras que se realizaram no reinado de D. Manuel I, que surge a praça municipal da Almeida, que se caracteriza, tal como na Guarda, por ter certos predicados comuns a muitas outras praças do país. São espaços públicos administrativos (Casa de Câmara e Cadeia), simbólicos (pelourinho) e económicos (alpendres). CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *Da Vila Cercada à Praça de Guerra. Formação do Espaço Urbano em Almeida, Séculos XVI-XVIII*, p. 133.

<sup>39</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, “Antigo Seminário e Paço Episcopal. Uma Investigação na Base de um Projecto de Arquitectura”. In *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, p. 25.

<sup>40</sup> CAETANO, David, “Mais de 20 enterramentos na Praça Velha”. In *ArqueoBeira – Recursos Arqueológicos da Beira Interior*.

<sup>41</sup> CAETANO, David, *op. cit.*

<sup>42</sup> Não tivemos acesso aos desenhos arqueológicos das estruturas dos edifícios que foram escavadas na praça, mas que

formações que dão indicações de terem havido construções na área da praça. Numa passagem do testamento de Rui de Pina, cronista mor do reino, natural da Guarda<sup>43</sup>, é feita a referência dos bens construídos que possuía na cidade, e alguns deles na praça do mercado da Guarda. “*E assy disseram / que por terceira cousa dos doãos bees. per as ditas terças apartauam / e apartaram loguo as suas casas demorada que são na praça da cidade da guarda: na freguesia de Santa maria de mercado*”<sup>44</sup>.

Depreendemos, a partir da informação supracitada, que na cidade da Guarda pode ter existido, nos séculos XVI e XVII, uma praça com forma rectangular e delimitada por todos os lados. Contudo, no que se refere às construções que a arqueologia pôs a descoberto e que os documentos atestam, não sabemos qual a sua forma ou o seu tamanho; nem o espaço que ocupariam, se seriam ou não um quarteirão, e ainda, se teriam duas fachadas, uma orientada para a praça e outra orientada para a fachada lateral norte da Sé.

Na hipotética representação 3D, sugerimos que entre os séculos XVI e XVII a Casa da Câmara e Cadeia tenha sido a fachada de topo da praça e os “Edifícios dos Balcões” a fachada norte; a fachada sul seria delimitada pelo quarteirão que representamos a verde, para se conseguir fazer uma aproximação da forma da praça, sendo a localização, o tamanho e a forma do quarteirão hipotético; a oeste haveria a fachada de outras habitações a delimitar este lado da praça, cujo espaço é actualmente ocupado por um solar do século XVIII, XIX – o Solar dos Póvoas<sup>45</sup> – e no centro talvez se localizasse um pelourinho (Figs. 7, 8 e 9).

Com a descrição hipotética da presente praça, pensamos estar perante um tipo de praça que existe em Portugal, isto é, que se caracteriza por ter uma série de predicados que as torna comum: arcaria ou alpendres num dos lados e na fachada de topo um edifício digno cuja arquitectura ou a própria função do mesmo seja relevante. Por exemplo, o Rossio de Lisboa, que surge como um novo núcleo de centralidade urbana, tem como fachada principal o Hospital de Todos-os-Santos, rasgado lateralmente com uma arcaria de forte sentido urbano e na fachada de topo os Estaus (edifício da Inquisição)<sup>46</sup>. Em Évora, a praça do Geraldo era envolvida pelos arcos dos mercadores, que foram construídos

---

podem ser vistos no relatório que está a ser realizado. Porém, numa conversa informal, a arqueóloga do Programa Polis Guarda, Alcina Camejo, referiu-nos que as estruturas que se encontraram ficavam a meio da actual praça, e que nesse sentido delimitariam a sul a mesma, dando uma forma “fechada” à praça.

<sup>43</sup> Rui de Pina (1440-1522), natural da Guarda começou a desempenhar o cargo de cronista-mor do reino em 1497, no reinado de D. João II e de D. Manuel. ROMANA, José Manuel Trigo Mota da, *Antologia de Escritores da Guarda (Séculos XII a XX)*, p. 19.

<sup>44</sup> Testamento de Rui de Pina, publicado pelo Sr. A. Elias Garcia na revista *Altitude*, em Fevereiro de 1943. GARCIA, A. Elias, “Rui de Pina. O Seu testamento”. In *Altitude. Revista da Federação de Municípios da Beira-Serra*, p. 11.

<sup>45</sup> RODRIGUES, Adriano Vasco, *op. cit.*, p. 152.

<sup>46</sup> CARITA, Hélder, *op. cit.*, pp. 173-174.



com materiais e diferentes formas, daí a sua assimetria. A enobrecer esta praça estavam três monumentos: o pelourinho, os paços do concelho e a cadeia comarcã, que foram destruídos no século XIX<sup>47</sup>. Em Beja, a praça da República tem uma arcaria lateral<sup>48</sup>, tal como na Guarda, e na fachada de topo o Açougue com arcaria, do século XVI. Trata-se uma arquitectura pública com grande expressão arquitectónica, onde estão expressos os valores arquitectónicos renascentistas, nomeadamente de Serlio<sup>49</sup>. Em Óbidos, a praça tem num dos lados um telheiro suportado por colunas e que servia para a prática do mercado, em frente e como fachada principal está a igreja de Santa Maria, do século XVI<sup>50</sup>. Em Braga, na praça nova que se constrói, em meados de setecentos – a Praça Mouzinho de Albuquerque – os edifícios dispõem-se da seguinte forma: “frente a frente, sobre os lados menores da nova Praça, as sedes de poder da cidade (o paço arquiepiscopal, na face visível da ala reconstruída por D. José de Bragança, e a nova casa da Câmara); de lado, abrem-se arcadas”<sup>51</sup>.

A presente praça insere-se dentro do perímetro urbano amuralhado localizando-se ao centro dos dois pontos mais altos da cidade: entre a torre velha (a norte) e o castelo (a sul). O acesso a esta praça era feito pela rua direita, que era a rua que unia directamente a cidade de norte a sul. Embora a rua direita exista desde a Idade Média é com a conclusão das obras da Sé, em 1516, e com a praça, que esta se (re)define até à zona da Porta da Covilhã ou Porta Nova. É perto desta praça e ao longo da rua direita que se vão instalar os nobres da cidade.

Actualmente a Praça Velha tem uma forma trapezoidal e é uma praça voltada para a Sé. Essa forma de praça é fruto das obras de restauros a que a Sé foi sujeita, nos finais do século XIX e no século XX. As casas que lhes estavam anexadas foram retiradas com o objectivo de franquear o edificio, para que fosse contemplado como um monumento – isolado e sem os testemunhos arquitectónicos que acompanharam o templo ao longo dos séculos. Este novo conceito – o de monumento – apaga, como refere José Fernandes Pereira, a relação do templo com a cidade e atribui-lhe um espaço “virtual”<sup>52</sup>, isto é um contexto para o qual ele não nasceu.

<sup>47</sup> ESPANCA, Túlio, *Évora. Cidades e Vilas de Portugal*, pp. 44-45.

<sup>48</sup> Esta arcaria existiu até aos finais do século XIX. FERREIRA, Raúl Hestenes, “Recuperação dum troço da arcada da Praça da República em Beja”. In *Arquivo de Beja*, pp. 115-116.

<sup>49</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, p. 37.

<sup>50</sup> CÂMARA, Teresa Bettencourt da, *Óbidos, Arquitectura e Urbanismo. Séculos XVI e XVII*, pp. 56, 80.

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Maria Marta *et al.*, *Praças Reais. Passado, Presente e Futuro*, p. 4.

<sup>52</sup> PEREIRA, José Fernandes, *Guarda. Cidades e Vilas de Portugal*, p. 79.

## A Casa da Câmara e Cadeia

A Casa da Câmara e Cadeia, sede de administração e justiça, foi fachada de topo da praça quinhentista. Para além de tornar enobrecido este lado da praça<sup>53</sup>, ela representava a função administrativa que a Praça municipal iria desempenhar.

Este espaço público foi, no século XVI, o centro administrativo e económico da cidade e o espaço de maior circulação de que a Câmara usufruía<sup>54</sup>. Teria grande imponência, pela sua arquitectura de granito bem aparelhado, quando naquela época servia de fachada principal da praça. Hoje está ali quase despercebida, posicionando-se lateralmente à praça, que hoje é também designada de Praça da Sé<sup>55</sup>.

A cronologia para a construção da Casa da Câmara e Cadeia é difícil de atribuir com exactidão<sup>56</sup>. Alguns historiadores referem-se a este edifício municipal como sendo um edifício manuelino, outros como uma construção do século XVII. Adriano Vasco Rodrigues refere que os Paços do Concelho são quinhentistas e de traça *manuelina*<sup>57</sup>, como também Carlos Caetano, que integra a Câmara da Guarda numa série de Casas da Câmara manuelinas, bem como a Casa da Câmara de Trancoso, a de Castelo Novo e a de Penamacor<sup>58</sup>. Já Vitor Pereira refere que o edifício foi possivelmente edificado no século XVII<sup>59</sup>.

O edifício é de planta rectangular. No piso inferior são rasgados três arcos numa espécie de galilé, que antecede a entrada ao edifício. São arcos de volta perfeita que assentam em mísulas que estão adossadas às pilastras quadrangulares que ajudam no suporte do arco. Debaixo desta arcada abrem-se três portadas com moldura de remate recto. As portas que ladeiam a porta central dão acesso às salas dos pisos inferiores, e a central dá acesso a uma escadaria, que conduz às várias divisões que estão no piso superior da Câmara. Na parte superior da fachada, a encimar as arcadas, dispõem-se

<sup>53</sup> BARRETO, Paulo Tedim, "Casas de Câmara e Cadeia". In *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional*, pp. 369 e 390.

<sup>54</sup> *Idem, ibidem*, p. 397.

<sup>55</sup> Como também de Praça Velha e/ou Praça Luís de Camões.

<sup>56</sup> O edifício da antiga Câmara tem sido sujeito a várias remodelações, desde os anos 1950, pelo menos. Em 1950 reparou-se a fachada principal, a cobertura e o beirado. CONCEIÇÃO, Margarida, "Edifício do Séc. XVII / Câmara Municipal / Paços do Concelho". In *Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Inventário do Património Arquitectónico*, 1991, [http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002\\_B1.aspx](http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx), acedido a 15 de Novembro de 2006. Essas obras foram registadas por um fotógrafo local. Na fotografia é visível o momento em que a fachada do imóvel foi desmontada. BORGES, Dulce Helena Pires (Coord.), *Manifesto de uma Paixão. António Correia, fotógrafo*, pp. 83 e 132. Em 1998 o edifício foi sujeito a uma renovação. As obras previam alterações das estruturas internas, para o adaptar às novas funções. Actualmente funciona como uma Mediateca. PEREIRA, Vitor, "Intervenção Arqueológica no Edifício dos Antigos Paços do Concelho, Guarda". In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*, p. 96.

<sup>57</sup> RODRIGUES, Adriano Vasco, *op. cit.*, p. 119.

<sup>58</sup> CAETANO, Carlos, "Quinhentos Anos de Arquitectura Municipal: As Casas dos Velhos Concelhos da Beira Interior" (policopiado).

<sup>59</sup> PEREIRA, Vitor, *op. cit.*, p. 96.

três varandas de sacada com friso na parte superior, com molduras e vãos que podem ser já do século XVI. Entre as varandas da fachada estão representados dois brasões: o brasão da cidade e o brasão do reino<sup>60</sup>. O remate da fachada é feito por uma cornija que suporta gárgulas de canhões, encimadas rítmica e alternadamente por esferas armilares e por pináculos.

Interiormente a Casa da Câmara e Cadeia compunha-se por duas partes distintas: a Câmara e a Cadeia. A Câmara destinada aos serviços de administração e de jurisdição, as cadeias eram destinadas à prisão<sup>61</sup>. Os compartimentos no piso inferior dispõem-se em U, porque são interrompidos por um pequeno pátio aberto onde está uma escadaria pela qual se acede aos compartimentos do piso superior e que é antecedida por dois arcos de volta perfeita. A entrada do segundo piso é antecedida por uma varanda alpendrada suportada por três colunas de capitel simples<sup>62</sup>.

A composição arquitectónica da fachada revela uma grande racionalidade expressa pela simetria, harmonia, repetição e ritmo. Na vertical, a fachada divide-se em três tramos, que se repetem. Se a dividirmos em três partes, verificamos que existe um módulo que se segue e que joga racionalmente com a alternância entre a curva e a recta. Cada parte tem um arco, uma varanda de remate recto, três gárgulas de canhão, um pináculo e duas esferas armilares. Na horizontal, no piso inferior, volta a jogar-se com a alternância entre arco e recta. O arco da fachada tem projectado à sua frente, na vertical, uma porta de remate recto. Por esta conjugação, o programa construtivo da Casa da Câmara e Cadeia assemelha-se a outros programas construtivos de outras Casas de Câmara e Cadeia, no sentido em que as fachadas se dividem em três tramos na vertical e se repetem (arco encimado por varanda ou janelas). Como refere Carlos Alberto Ferreira de Almeida, existem semelhanças arquitectónicas nas casas municipais nortenhas, mesmo com cronologias diferentes. Tal é o caso da Câmara de Guimarães e Viana do Castelo<sup>63</sup>, ainda com arcos ogivais, às quais podemos juntar a Câmara da Guarda (Fig. 10 A, B).

## O “Edifício dos Balcões”

A primeira problemática com que nos defrontamos é a cronologia deste conjunto de edifícios suportados por colunas. Segundo Bernardo Ferrão, o uso dos edifícios alpendrados em Portugal remonta ao período medieval, mas é sobretudo no século XVI que

<sup>60</sup> CONCEIÇÃO, Margarida, *op. cit.*

<sup>61</sup> BARRETO, Paulo, *op. cit.*, p. 393.

<sup>62</sup> CONCEIÇÃO, Margarida, *op. cit.* Actualmente o edifício que foi Casa da Câmara e Cadeia funciona como médiатека “Médiатека VIII Centenário.”

<sup>63</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *op. cit.*, p. 149.

este sistema arquitectónico abunda. Os edifícios com esta arquitectura eram construídos em zonas privilegiadas e serviam para o mercado abrigado, como se fosse parte de uma rua coberta onde as pessoas faziam o seu negócio<sup>64</sup>.

A segunda questão que se coloca tem que ver com a forma como terá surgido este quarteirão com a mesma composição arquitectónica. Não sabemos se houve algum regimento que referisse as normas construtivas e as respectivas coordenadas para este conjunto de imóveis<sup>65</sup>. Se houve um programa arquitectónico para aquele espaço de mercado, que teve que ser respeitado, e, para que quem quisesse fazer mercado tinha que optar por aquela solução arquitectónica. Ou ainda, como aconteceu em Badajoz<sup>66</sup>, se houve uma primeira construção que era sustentada por colunas e posteriormente, por uma questão de gosto e funcionalidade, o mesmo sistema construtivo foi seguido pelos vizinhos. Segundo Margarida Tavares da Conceição são um conjunto ímpar no contexto urbanístico em Portugal, mas muito comum no contexto urbanístico Castelhanos<sup>67</sup>.

O dito “Edifício dos Balcões,” ladeava setentrionalmente a praça da Guarda nos séculos XVI e XVII. Actualmente os balcões testemunham as funções económicas que aquele espaço desempenhou. São exemplo de uma arquitectura com uma solução estrutural e formal ímpar no urbanismo português<sup>68</sup>, com características urbanas, que pretendiam “dar uma nova visualização [e função] àquele espaço de poder.” A composição da fachada segue o mesmo programa arquitectónico<sup>69</sup> que se repete por todos os edifícios que formam o conjunto. A composição arquitectónica é composta segundo uma linguagem clássica, coluna/arquitrave, vernacularmente disposta. Neste sentido, cremos que o construtor ou idealizador tinha conhecimento visual da linguagem clássica, mas a sua realização revela uma prática arquitectónica muito vernacular, visível pela disposição das colunas (Fig. 11 A, B).

Existe uma ausência de um estudo racional do espaço intercolunio. Este aspecto parece não fazer parte do raciocínio da composição da fachada. Porém, a altura individual das colunas são iguais em todos os edifícios, mas a percepção desse aspecto não é evi-

<sup>64</sup> FERRÃO, Bernardo & AFONSO, José Ferrão, *A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do Seu Património Edificado*.

<sup>65</sup> Para as boticas da Praça da Ribeira, em Lisboa, houve em 1498 um regimento onde foi definido um programa arquitectónico para todo o conjunto. CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1465-1521)*, pp. 62-64.

<sup>66</sup> Em Espanha (Badajoz), num documento inédito de 1535, está registada uma solicitação por parte de um morador, Gómez Hidalgo, para a realização de uns “soportales” na praça. Gómez Hidalgo tinha uma casa na Praça de São José, em Badajoz, e desejava fazer uns alpendres tal como as casas dos seus vizinhos. Nota-se aqui um gosto que é seguido. GONZALEZ GONZALEZ, José Manuel, *Un documento excepcional para la historia del Urbanismo Español: el pleito de Gómez Hidalgo por hacer unos portales en la Plaza de San José de Badajoz*.

<sup>67</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, *op. cit.*, p. 25.

<sup>68</sup> *Idem, ibidem*, p. 25.

<sup>69</sup> CORREIA, José Eduardo Horta, “A importância da Arquitectura de Programa na História do Urbanismo Português”. In *Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, p. 161.

dente devido às sistemáticas alterações que o edifício sofreu ao longo dos séculos. A altura das colunas encontra-se alterada pela sua colocação; umas estão enterradas, a outras foram-lhe acrescentadas umas bases quadrangulares, outras ainda, têm a sua altura natural (desde a base até ao capitel) (Fig. 12 A). Foi talvez a solução que se optou para se conseguir nivelar a altura das fachadas com a altura das colunas, que se confrontam, não só com o desnivelamento do terreno, como também com as alterações arquitectónicas que se fizeram. Essas alterações são visíveis em vários pormenores arquitectónicos e que nos ajudam a perceber e datar o conjunto. A partir do cunhal do edifício, que fica no extremo este, pode verificar-se pelo menos duas campanhas de obras. Uma, com uma cota mais abaixo, deve ser da mesma campanha de obras das colunas com as bases enterradas. Cronologicamente pode corresponder aos finais do século XV e inícios do século XVI. Numa das portas do rés-do-chão ainda são visíveis os vãos chanfrados. A outra parte do cunhal com uma cota mais acima, pode corresponder à campanha de obras do século XVIII, onde foi necessário corrigir a alturas das colunas assentando-as numa base quadrangular (Fig. 12 B). Do século XVIII e XIX, são também as molduras das janelas e varandas dos pisos superiores da fachada do edifício. A disposição das colunas não tem nenhuma regra. O espaço entre elas varia de casa para casa. Actualmente dois dos edifícios que estão mais a oeste, no extremo, têm as colunas embutidas nas paredes, e são oitavadas ou sextavadas<sup>70</sup>, e o mesmo acontece com o edifício mais a este, no outro extremo, que tem as colunas de ordem toscana embutidas nas paredes (Fig. 12 C).

Em quatro fachadas, pelo menos, as que estão mais a oeste, aparecem gravadas cruces da Ordem de Malta (Fig. 12 D). Estes Edifícios ficam perto da Igreja Santa Maria da Vitória ou do Mercado, que pertencia à Ordem de Malta<sup>71</sup>, o que pode indicar uma pertença à mesma. Um historiador local refere que estes Edifícios eram bens anexos da igreja de Santa Maria e que serviam para alojar os “padres” da Ordem de Malta<sup>72</sup> que se ins-

<sup>70</sup> Nesta casa, que faz parte do conjunto dos “Edifícios dos Balcões”, é observável apenas uma coluna (oitavada ou sextavada) a partir da abertura de uma tampa de água que fica numa das fachadas do edifício, ocultando desse modo o elemento arquitectónico no interior da mesma. Numa gárgula de canhão está gravada a data de 1693.

<sup>71</sup> No segundo livro do rei D. Dinis foi achada uma carta de doação de bens à Ordem do Hospital ou Ordem de Malta, onde refere: “Eu Dom Dinis por graça de Deos rey de Portugal e do Algarve juntam.te com a minha Molher Donna Isabel Rainha, e com os nossos filhos os Infantes Dom Affonso, e Donna Constança, querendo fazer graça e mercê a Ordem do Hospital, e a vós Fr. Vasco Martins Commendador do Crato e da Certaã, e Lugartenente do Graõ Commendador de todas as couzas, q a Ordem do Hospital tem, e possui em nossos Reinos, e aos vossos Freyres, e a Caza do Hospital de Ieruzalem, fazemos Carta de perpetua doaçam, e doamos, e concedemos perpetua, e irrevogavelmente todo o direito de Padroado de nossas Igrejas de S: Ioaõ de Marialva, e S: Ioaõ de Cernancelhe, que està no Bispado de Lamego, e da Igreja de S.ta Maria do Mercado da villa da Guarda, (...)” SARAIVA, José Mendes da Cunha, *Livro dos Forais, Escripuras, Doações, Privilégios e Inquirições*, p. 21.

<sup>72</sup> A Ordem de Malta ou Ordem de São João de Jerusalém, é uma ordem militar que se destinava a assistir os peregrinos e a combater os infiéis. Era uma ordem composta por membros que tivessem berço aristocrático como: nobres ou cavaleiros; padres ou capelães e irmãos serventes. O hábito da Ordem de Malta consistia num paramento negro com uma cruz

talavam na cidade<sup>73</sup>. Por outro lado também podemos deduzir que os terrenos onde estão implantados os “Edifícios dos Balcões” podiam ter pertencido à mesma ordem, que cunharam na fachada dos edifícios a sua cruz, com o intuito de fazer lembrar os seus bens.

Todo o conjunto arquitectónico faz uma ligeira curvatura que poderá corresponder a duas medidas: uma, pode ter que ver com a forçosa intenção de respeitar, milimetricamente, apenas o espaço que herdou de construções anteriores, ficando todo o conjunto arquitectónico urbano “ordenado e planeado como um todo, se bem que adaptativo e deformado sobre o terreno disponível”<sup>74</sup>. A outra pode corresponder à existência de uma rua para os quais os quarteirões estavam orientados. No primeiro caso, podemos estar perante a convivência de dois tempos: um medieval que é visível pela regra do lote e outro moderno que é reflectido pela “modernidade” da arquitectura, que pretende afirmar-se num espaço herdado à “maneira” medieval. No segundo caso, o quarteirão oblongo e ligeiramente curvo pode ser o negativo da silhueta da suposta rua (Fig. 12 E).

## Conclusão

As praças acompanharam o crescimento urbano da cidade da Guarda. Surgiram como uma tentativa de organização urbana e foram-se adaptando às necessidades funcionais da cidade. Através do modo como se organizava e se delimitava o espaço da praça foi possível fazer uma descrição das funções que cada uma delas desempenhou.

Na Época Medieval a Guarda viu em funcionamento duas praças: a de São Vicente e a de Santa Maria da Vitória ou do Mercado. Ambos os espaços destas praças medievais ocupavam o espaço fronteiro de uma igreja, estando desse modo associados a um templo religioso. Porém, é possível observar entre elas diferentes funções e conceitos de praça. Na praça mais antiga, a de São Vicente, as funções sobrepunham-se (rua, passagem, igreja, mercado) e a hierarquia das ruas era essencial para a sua localização. Com o crescimento urbano, a praça oficial da cidade foi deslocada para perto dos novos edifícios públicos que se construíram (Paços do Concelho, Hospital e “Casa dos Contos”). A praça já não é um alargamento da rua, caracteriza-se por ter em seu redor os edifícios públicos da cidade e as suas funções já não se sobrepõem.

Na Época Moderna, o espaço público foi novamente deslocado. Dos anteriores

---

oitavada, de ouro e com esmalte que se pregava no lado esquerdo do hábito. Em Portugal esta ordem detinha bastantes bens e as suas terras gozavam ainda de algumas isenções, estando praticamente independentes da autoridade régia. SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, p. 147.

<sup>73</sup> SANTOS, Manuel Luís F. dos, *op. cit.*, p. 17.

<sup>74</sup> Segundo José Manuel Fernandes, há um comprometimento urbanístico com o sistema de loteamento medievo. FERNANDES, José Manuel, *A Arquitectura*, p. 86.

centros cívicos que descrevemos, o novo espaço central deixa de estar ligado aos edifícios religiosos, estes são marginalizados neste espaço. Surgiu uma nova praça e com ela a criação de uma nova Casa da Câmara e Cadeia, que se encarregou das funções administrativas e judiciais da cidade, e os “Edifícios dos Balcões” para a prática do mercado nessa praça.

Em termos funcionais resultou numa praça-mercado<sup>75</sup> que é marcada pelas características arquitectónicas do “Edifício dos Balcões” com alpendre porticado. A presença destes dois edifícios atestam a estruturação de uma nova praça que, conceptualmente, corresponde àquilo que Walter Rossa, designa de *nova centralidade*, quer dizer, uma praça onde estão centradas as funções administrativas, políticas e económicas da cidade. Cremos que a sistematização desta praça está relacionada com as reformas urbanísticas que se fizeram em época ou posteriormente a D. Manuel I, que consistiam na renovação ou deslocação do centro, onde se erguiam equipamentos com função própria e também novos programas.

Fica por esclarecer como seria a forma arquitectónica do quarteirão que limitaria a norte a praça da no século XVI e XVII; e também como foi que surgiu o conjunto arquitectónico do “Edifício dos Balcões”: como é que esse conjunto arquitectónico se fez? Mandando fazer igual? Se sim, até que ponto igual? Terá sido “fraca” a capacidade de imposição do fazer igual? Ou a ideia de construir o conjunto arquitectónico bastaria? Terá sido moda (como no caso de Badajoz)? Ou foi uma questão meramente funcional? As respostas a estas questões permitir-nos-iam ainda explicar o evidente sentido estético deste conjunto arquitectónico.

---

<sup>75</sup> CONCEIÇÃO, Maria Margarida Simão Tavares da, *op. cit.*, p. 61.

## Bibliografia

- ALMEIDA, C. A. F. (2002) – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa, Editorial Presença.
- ANDRADE, A. A. (2001) – *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa, Livros Horizonte.
- BARRETO, P. T. (1977) – “Casas de Câmara e Cadeia”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 26.
- BORGES, D. H. P. (Coord.) (2006) – *Manifesto de uma Paixão. António Correia, fotógrafo*. Guarda, Instituto Português de Museus e Centro de Estudos Ibéricos.
- CAETANO, C. (2006) – “Quinhentos Anos de Arquitectura Municipal: As Casas dos Velhos Concelhos da Beira Interior”. In *Jornadas de Património de Belmonte*. Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte (policopiado).
- CAETANO, D. (2005) – “Mais de 20 enterramentos na Praça Velha”. In *ArqueoBeira – Recursos Arqueológicos da Beira Interior. Notícias*. Guarda, Fevereiro 2005. <http://www.arqueobeira.net/noticias/reportagens.htm#>, acessado a 30 Agosto de 2006.
- CÂMARA, T. B. (1990) – *Óbidos, Arquitectura e Urbanismo. Séculos XVI e XVII*. Óbidos, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CARITA, H. (2001) – “Legislação e administração urbana no século XVI”. In *Actas do Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- CARITA, H. (1999) – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1465-1521)*. Lisboa, Livros Horizonte.
- CHORÃO, M. J. B. (2002) – *Memórias Paroquiais (1758)*. Guarda, Ed. Câmara Municipal da Guarda.
- CONCEIÇÃO, M. T. (1997) – “Antigo Seminário e Paço Episcopal. Uma Investigação na Base de um Projecto de Arquitectura”. In *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, Ano I, N.º 1, 1.ª Série, Junho de 1997. Guarda, Ed. Câmara Municipal da Guarda.
- CONCEIÇÃO, M. T. (2002) – *Da Vila Cercada à Praça de Guerra. Formação do Espaço Urbano em Almeida, Séculos XVI-XVIII*. Lisboa, Ed. Livros Horizonte.
- CONCEIÇÃO, M. M. S. T. (1997) – *Formação do Espaço Urbano em Almeida (séculos XVI-XVIII). Da Vila Cercada à Praça de Guerra*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (policopiado).
- CONCEIÇÃO, M. (1991) – “Edifício do Séc. XVII / Câmara Municipal / Paços do Concelho”. In *Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Inventário do Património Arquitectónico*. [http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002\\_B1.aspx](http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx), acessado a 15 de Novembro de 2006.
- CORREIA, J. E. H. (2002) – “A importância da Arquitectura de Programa na História do Urbanismo Português”. In *Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Faro, Ed. Universidade do Algarve (FCHS).
- CORREIA, J. E. H. (2002). *Arquitectura Portuguesa. Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, 2.ª Edição. Barcarena, Editorial Presença.
- ESPANCA, T. (1996) – *Évora. Cidades e Vilas de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.
- FERNANDES, J. M. (1991) – *A Arquitectura*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.



- FERRÃO, B. & AFONSO, J. F. – *A Evolução da Forma Urbana de Guimarães e a Criação do Seu Património Edificado*. In <http://www.cm-guimaraes.pt/document/447692/470409.pdf>, acessido a 23 de Setembro de 2006.
- FERREIRA, R. H. (1982) – “Recuperação dum troço da arcada da Praça da República em Beja”. In *Arquivo de Beja*, Vol. I, II Série. Beja, Câmara Municipal de Beja.
- FREIRE, A. B. (1916) – “Tombo da Comarca da Beira (1395)”. In *Archivo Histórico Portuguez*, Vol. X. Lisboa.
- GARCIA, A. E. (1943) – “Rui de Pina. O Seu testamento (1517)”. In *Altitude. Revista da Federação de Municípios da Beira-Serra*, Ano III, N.º 2. Guarda, C. M. G.
- GOMES, J. P. (1981) – *História da Diocese da Guarda*. Braga, Editora Pax.
- GOMES, R. C. (1999) – “A visita do Rei à Guarda em meados do século XV”. In *Praça Velha. Revista de Cultura da Cidade da Guarda*, N.º 7. Guarda, Câmara Municipal da Guarda.
- GOMES, R. C. (1987) – *A Guarda Medieval 1200-1500. Posição, Morfologia e Sociedade*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- GONZALEZ GONZALEZ, J. M. – *Un documento excepcional para la historia del Urbanismo Español: el pleito de Gómez Hidalgo por hacer unos portales en la Plaza de San José de Badajoz*. In [http://66.102.9.104/search?q=cache:6\\_XZQxubd14J:www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex\\_1\\_2006/estudios\\_10\\_rcex\\_1\\_2006.pdf+pdf+%22soportales%22+origen&hl=pt-PT&gl=es&ct=clnk&cd=4](http://66.102.9.104/search?q=cache:6_XZQxubd14J:www.dipbadajoz.es/publicaciones/reex/rcex_1_2006/estudios_10_rcex_1_2006.pdf+pdf+%22soportales%22+origen&hl=pt-PT&gl=es&ct=clnk&cd=4), acessido a 23 de Setembro de 2006.
- GUERREIRO, Á. P. (2003) – *Apontamentos para a História dos Bombeiros Voluntários da Guarda e dos seus Quartéis*. Guarda, Associação dos Bombeiros Voluntários da Egítânea.
- MORENO, H. B. (1986) – *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*. Lisboa, Editorial Presença.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H.; GONÇALVES, I. & ANDRADE, A. A. (1990) – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas. História Medieval I*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- OLIVEIRA, M. M.; *et al.* (2006) – *Praças Reais. Passado, Presente e Futuro. Colóquio Internacional*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa.
- PEREIRA, J. F. (1995) – *Guarda. Cidades e Vilas de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.
- PEREIRA, V. M. F. (2005) – *Renovação dos Antigos Paços do Concelho. Oficina Municipal de Cultura da Guarda. Relatório da Intervenção Arqueológica*. Guarda (policopiado).
- PEREIRA, V. (2003) – “Intervenção Arqueológica no Edifício dos Antigos Paços do Concelho, Guarda”. In *Quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora, Museu Municipal de Arqueologia da Amadora.
- RAU, V. (1982.) – *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o Seu Estudo*. Lisboa, Editorial Presença.
- RODRIGUES, A. V. (1977) – *Monografia Artística da Guarda*. Guarda, Ed. Comissão Municipal de Turismo da Guarda.
- ROMANA, J. M. T. M. (2003) – *Antologia de Escritores da Guarda (Séculos XII a XX)*. Guarda, Ed. Câmara Municipal da Guarda.
- ROSSA, W. (1995) – “A Cidade Portuguesa”. In PEREIRA, Paulo (Dir.), *História da Arte Portuguesa. Do Barroco à Contemporaneidade*, Vol. III. Lisboa, Círculo de Leitores.

ROSSA, W. (2002) – *A Urbe e o Traço. Uma Década de Estudos Sobre o Urbanismo Português*. Coimbra, Ed. Livraria Almedina.

ROSSA, W. & TRINDADE, L. (2006) – «Questões e antecedentes da “Cidade Portuguesa”: O conhecimento sobre o Urbanismo Medieval e a sua expressão morfológica». In *MURPHY. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, 1, Março 2006. Coimbra, Ed. Ministério da Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico.

SANTOS, M. L. F. (1996) – “Memórias da Guarda. Santa Maria do Mercado, uma Igreja da Ordem de Malta”. In *Terras da Beira*, 21 de Novembro de 1996. Guarda.

SARAIVA, J. M. C. (1946) – *Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilégios e Inquirições*, Vol. 1. Lisboa.

SERRÃO, J. (Dir.) (1975) – *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VI. Lisboa, Iniciativas Editoriais.

SOUSA, B. V. (1990) – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

SUBTIL, J. M. (1997) – “A Administração central da Coroa”. In MATTOSO, José (Dir.), MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.), *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*, Vol. 3, (s.l). Editorial Estampa.



FIGURA 1. Localização das praças na cidade da Guarda. A negro está salientada a cidade intramuros.

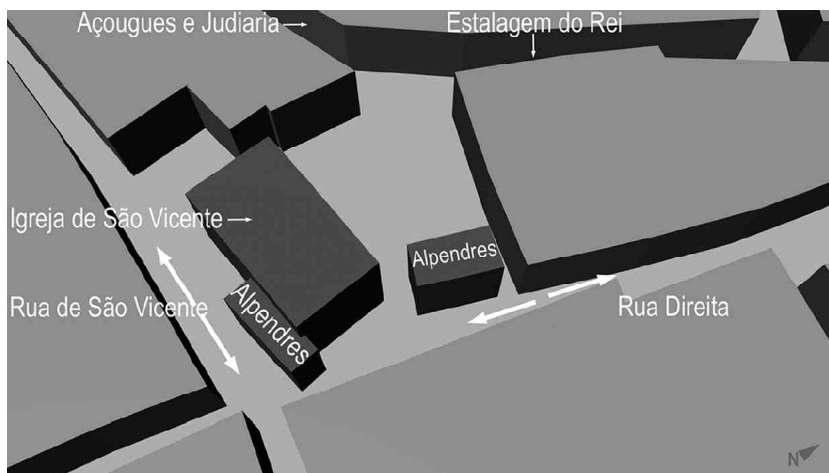


FIGURA 2. Representação 3D da Praça de São Vicente no século XIV.

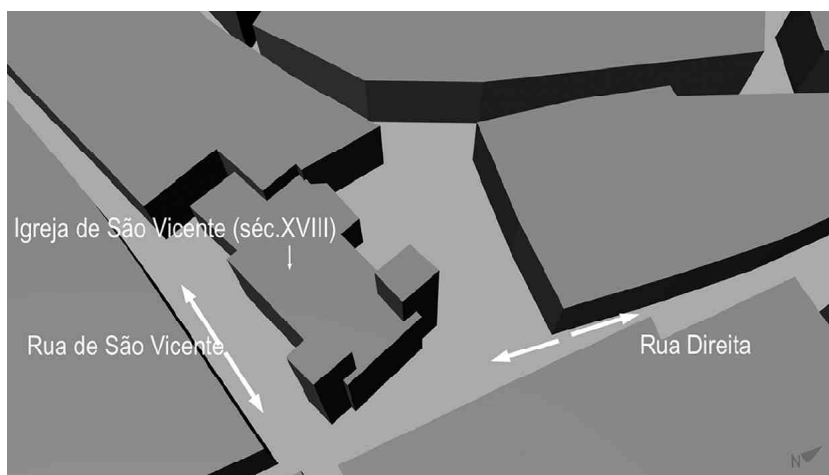


FIGURA 3. Representação 3D do aspecto actual praça de São Vicente.

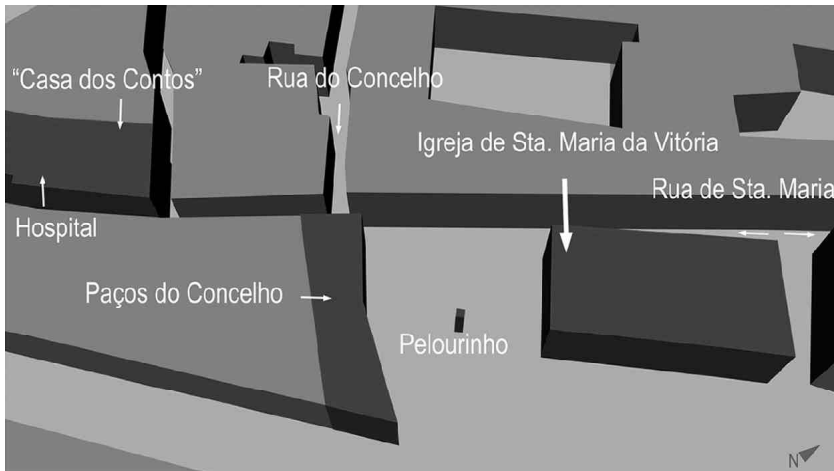


FIGURA 4. Representação hipotética 3D da Praça de Santa Maria da Vitória nos séculos XIV e XV (Hipótese A).

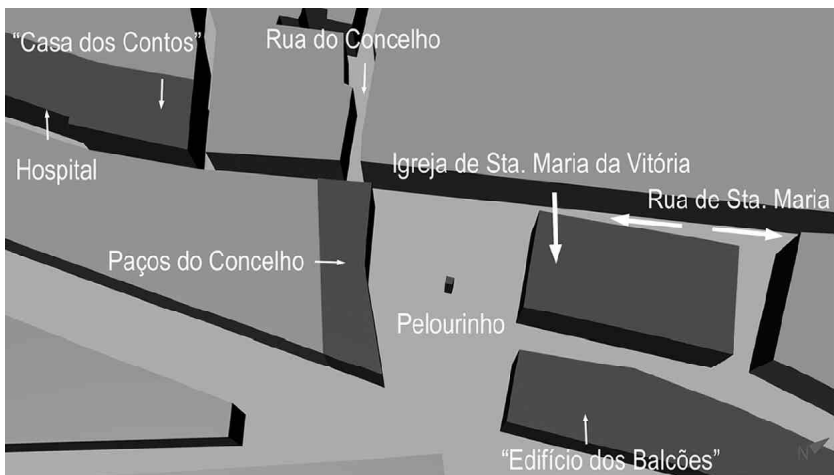


FIGURA 5. Representação hipotética 3D da Praça de Santa Maria da Vitória nos séculos XIV e XV (Hipótese B).



FIGURA 6. Representação 3D do aspecto actual do espaço que foi a praça de Santa Maria da Vitória.

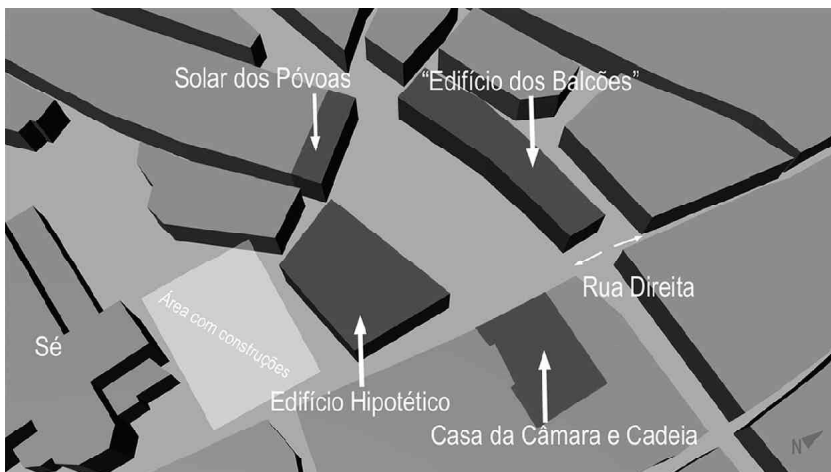


FIGURA 7. Representação hipotética 3D da praça nos séculos XVI e XVII.

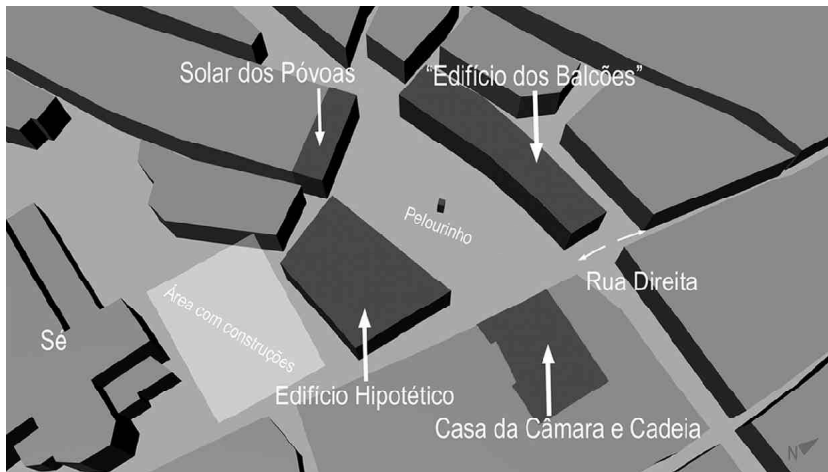


FIGURA 8. Representação hipotética 3D da praça nos séculos XVI e XVII, com pelourinho ao centro.

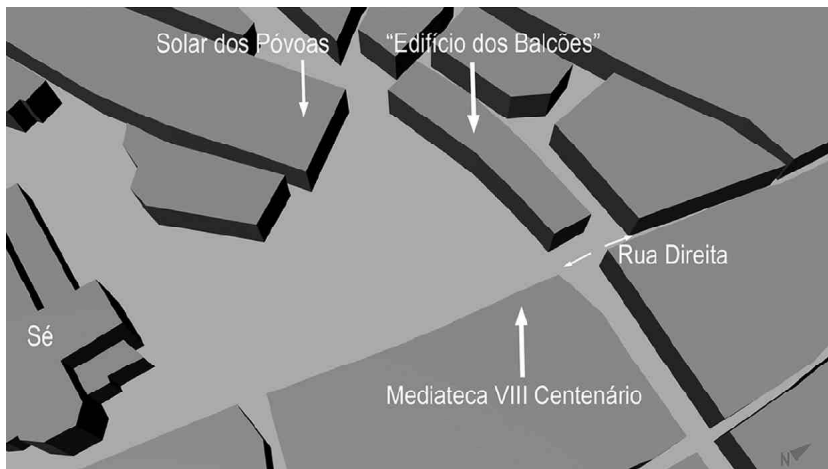


FIGURA 9. Representação 3D do aspecto actual da Praça da Sé, Praça Velha ou Praça Luís de Camões (antiga praça nos séculos XVI e XVII).

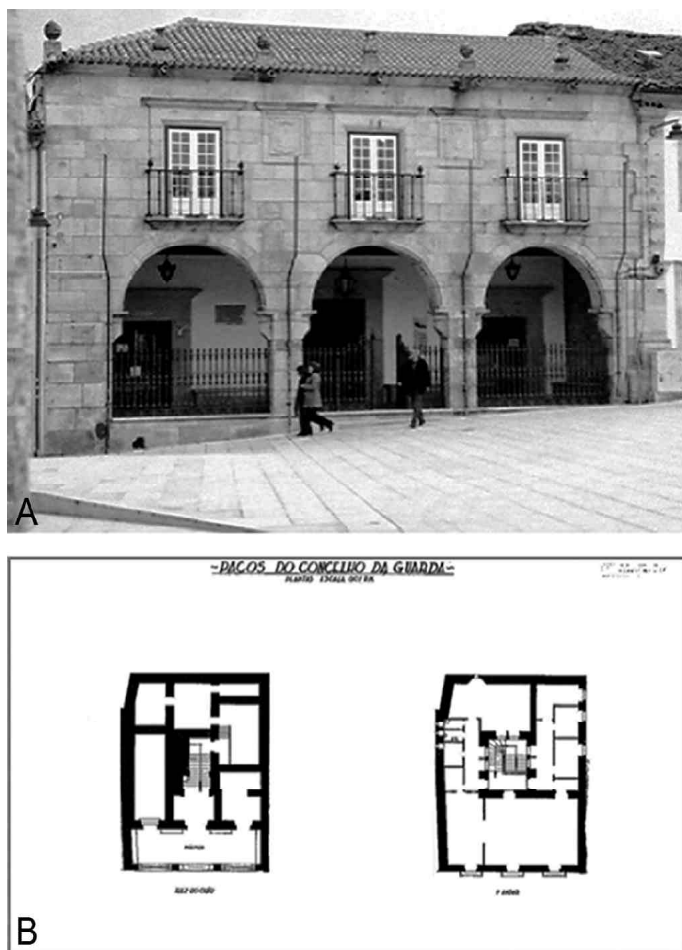


FIGURA 10. A – Casa da Câmara e Cadeia; B – Planta da Casa da Câmara e Cadeia.



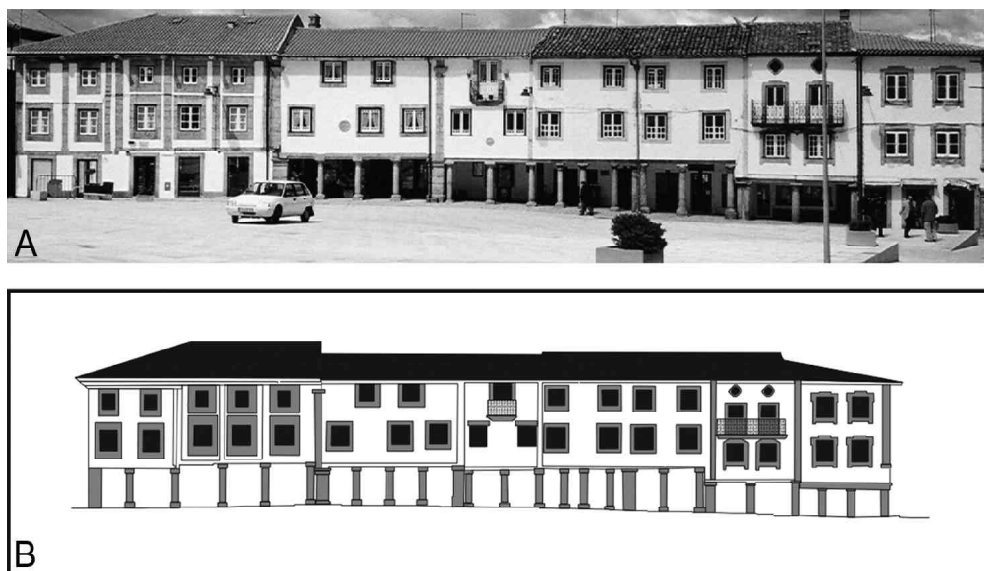


FIGURA 11. A – Aspecto actual do “Edifício dos Balcões”; B – Reconstituição hipotética do aspecto do conjunto arquitectónico dos “Balcões” com a colonata (desenho da autora).

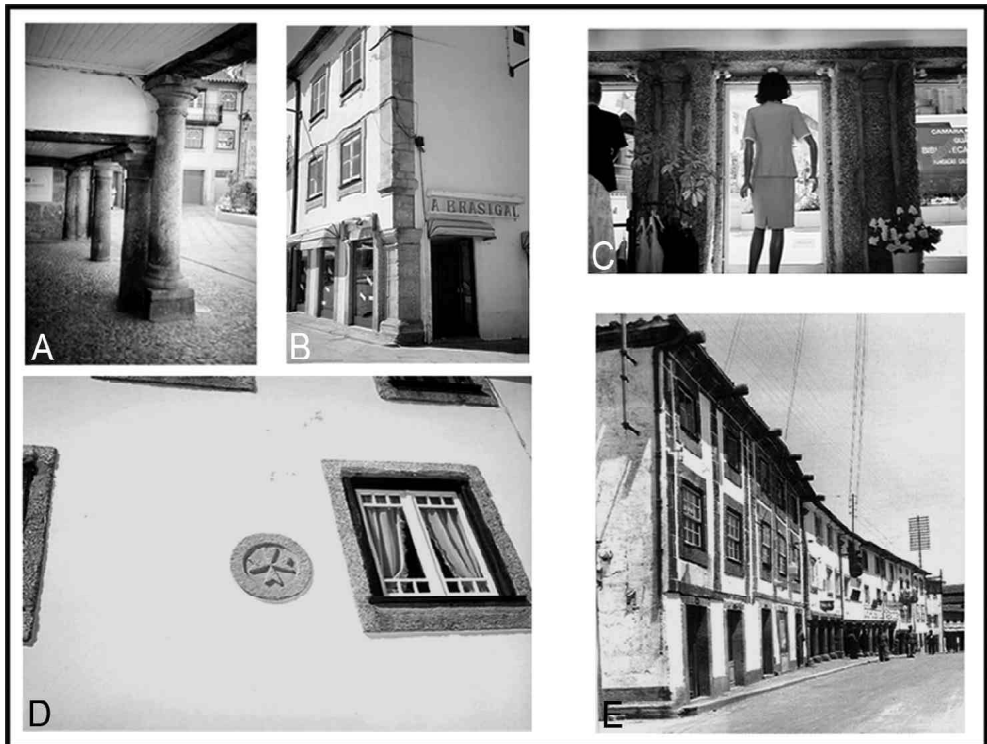


FIGURA 12. "Edifício dos Balcões" A – pormenor da alteração da altura das colunas, umas são enterradas, a outras são lhe acrescentadas umas bases quadrangulares; B – pormenor do cunhal do edifício com duas cotas que correspondem a cronologias diferentes; C – colunas embutidas nas paredes da casa que se localiza a este do conjunto arquitectónico dos "Balcões"; D: – pormenor de uma das cruzes da Ordem de Malta gravada na fachada principal do "Edifício dos Balcões"; E – Nesta imagem é visível a ligeira curvatura que todo o conjunto arquitectónico faz.